
A LUTA PELA TERRA E ESCOLA DO MST EM MINAS GERAIS – FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

LA LUCHA POR LA TIERRA Y LA ESCUELA MST EN MINAS GERAIS - FRAGMENTOS DE LA HISTORIA EN LA FABRICACIÓN

THE STRUGGLE FOR LAND AND MST SCHOOL IN MINAS GERAIS - FRAGMENTS OF HISTORY IN THE MAKING

Adilene Gonçalves Quaresma¹

Amarildo de Souza Horácio²

Resumo: O artigo apresenta um breve histórico sobre a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990 e a luta pela escola. O texto constitui-se com base em pesquisa bibliográfica e de campo realizadas no Doutorado, concluído em 2011. Considera-se que o Movimento contribuiu e vem contribuindo para o avanço da discussão sobre a Questão Agrária e sobre a educação para a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Palavras-chave: Terra. Escola. Educação. MST. Minas Gerais.

Resumen: El artículo presenta una breve historia de la formación del Movimiento de los Sin Tierra en Minas Gerais, en los años 1980 y 1990 y la lucha por la escuela. El texto constituye la base de la literatura y llevó a cabo el campo de Doctorado, terminado en 2011. Se considera que el Movimiento ha contribuido y está contribuyendo al avance de la discusión sobre la cuestión agraria y en la educación para la clase trabajadora del campo y la ciudad.

Palabras clave: La Tierra. Escuela. Educación. MST. Minas Gerais.

Abstract: The article presents a brief history of the formation of the Movement of Landless Workers in Minas Gerais in the 1980s and 1990s and the struggle for school. The text constitutes the basis of literature and conducted Doctoral field, completed in 2011. It is considered that the Movement has contributed and is contributing to the advancement of the discussion on Agrarian Issues and on education for the working class of the field and the city.

Keywords: Earth. School. Education. MST. Minas Gerais.

Introdução

A agricultura moderna passa a ter um caráter capitalista a partir de dois fatos fundamentais: a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria que apresentam todos os produtos da lavoura. A organização das propriedades em grande exploração e uma técnica mais aprimorada, fazem com que o capitalista tenha mais lucros na agricultura, como acontece atualmente, quando o agronegócio assume um potencial mercadológico maior. Isso faz com que o outro lado, o pequeno produtor ou o camponês que vive da agricultura de subsistência, abandone o seu trabalho livre e venda sua força de trabalho para o capitalista das grandes explorações.

Pode-se dizer, em linhas gerais, que o mesmo processo de subsunção do campo à cidade vivido no contexto da industrialização moderna, verifica-se atualmente, ou seja, o desenvolvimento capitalista atual sobrepõe o campo à cidade, o agronegócio à agricultura familiar e coloca novas questões no sentido

da relação campo-cidade que, se por um lado, aproximam estas realidades, também apresentam problemas e dificuldades no que tange, por exemplo, às questões ligadas ao trabalho e à educação. Mas segundo Menezes Neto (1999, p. 98):

Quando se analisam as relações sociais no campo, neste novo milênio, vê-se que, ao mesmo tempo em que estas sociedades camponesas mantêm características próprias, elas entrelaçam-se à economia e à cultura urbana, unem-se, globalizam-se, mundializam-se. Existe um processo dialético de conservação e mudança.

Nesse sentido, considera-se que o processo de desenvolvimento do capitalismo, no que diz respeito à relação capital-trabalho, apresenta problemas comuns e específicos ao campo e à cidade. Porém, destacam-se dois problemas comuns, ou seja, o processo de exploração, terceirização e intensificação do trabalho e a adequação da educação dos trabalhadores do campo e da cidade ao ideário da Pedagogia das Competências, do aprender a aprender, visando à adequação dos trabalhadores ao trabalho intensificado, tendo em vista a reprodução eficiente do capital.

O artigo apresenta a trajetória do Movimento Sem Terra em Minas Gerais na luta por terra, trabalho, educação e liberdade nesse contexto de apropriação do trabalho e da educação pelo modelo de acumulação flexível. O texto estrutura-se em dois eixos centrais. O primeiro, no qual discute-se o contexto da década de 1980 e o surgimento do MST e o segundo, no qual discute-se o contexto da década de 1990 e o crescimento do MST em Minas Gerais. Tendo em vista a análise aqui realizada, considera-se que o MST contribuiu e contribui para a luta pela terra e por trabalho digno para os trabalhadores do campo e da cidade, bem como para a discussão de uma educação emancipadora para a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Os anos de 1980: a década perdida para os trabalhadores do campo e da cidade e o surgimento do MST

Segundo Pochmann (2008, p. 146), “a contradição entre o enorme potencial agrícola e a persistência da fome e da pobreza no campo, encontra-se associada direta e indiretamente ao comportamento distinto das políticas públicas tradicionais em relação aos dois modelos agropecuários no Brasil”, que tem suas diferenças intensificadas a partir de 1960, ou seja, um modelo baseado na industrialização que reúne menos de 5% dos tomadores de créditos no país, representando 40% do total de recursos, e outro fundado em pequenas propriedades de agricultores familiares, que desenvolviam culturas tradicionais, voltadas para o mercado interno, representando 80% do total dos estabelecimentos rurais, mas com acesso apenas a não mais que 6% do total dos recursos públicos. Este processo de modernização no campo possui características conservadoras e excludentes. Se na década de 1970 ele significou “a intensa expulsão dos moradores do campo, mesmo com o aumento considerável da área plantada em todo o país,” nas duas últimas décadas do século XX a situação piorou, pois houve uma queda estimada em 14,5% no total da área plantada. Verifica-se então que não é a queda da área plantada que causa a expulsão do homem do campo, mas as políticas públicas implementadas que, na medida em que estabelecem uma prioridade de atendimento, têm priorizado os ruralistas, expulsando grandes

contingentes populacionais do campo. No caso brasileiro houve e há uma preferência do governo pela agropecuária empresarial.

Segue-se a isso, segundo Pochmann (2008, p. 146-147), o fato de que este modelo colheu três resultados desfavoráveis para o campo, ou seja: o primeiro foi a intensa migração da mão-de-obra excedente do campo para a cidade, “entre as décadas de 1960 e 1980, cerca de 28 milhões de pessoas deixaram o campo em todo o país, conforme o IBGE”; o segundo foi “o intenso processo de transferência de renda verificado nessa área”, ou seja, quando se compara a evolução real do rendimento do trabalhador do campo com o preço do arrendamento e da venda de terra, nota-se uma enorme diferenciação entre 1960 e 1980, desfavorável ao salário dos ocupados na produção agropecuária”; terceiro foi a “ enorme diversificação no rendimento das culturas por região brasileira”, o que, devido “ao foco das políticas públicas em algumas culturas e, por conseqüência, em determinados estados produtores da Federação, prevaleceu a desigualdade acentuada na evolução dos rendimentos agropecuários.”

Quanto ao contexto político, econômico e social, a década de 1980 é marcada pelo o que Martins (1986) chama de “pacto político de 1984”. Segundo ele, este pacto, que teve como figura central Tancredo Neves, foi uma traição aos trabalhadores que fizeram suas lutas anteriores desaguardarem na Campanha das “Diretas Já!”. Concordando que as condições políticas, na transição da Ditadura Militar para a “Nova República”, não pareciam oferecer outra alternativa, o autor considera que os movimentos sociais no campo e na cidade, cooptados pelos sindicatos e pelos partidos fragmentados, estavam politicamente enfraquecidos. Segundo Martins (1986, p. 15): “O pacto excludente deixou de fora os atores mais importantes do processo de desgaste político da ditadura – os operários e os trabalhadores rurais, sem nos esquecermos dos grupos indígenas e de sua ação corrosiva sobre setores do velho regime.”

Buscando estabilizar a economia, o governo decreta o Programa de Estabilização Econômica – Plano Cruzado, em 28/08/86, que tinha como instrumentos básicos a desindexação e o tabelamento de preços pelo prazo de um ano.

Pochmann (2008) diz que as políticas públicas para o campo, a partir da segunda metade da década de 1980, sofrem duas modificações importantes. Uma foi no Sistema Nacional de Crédito Rural e no programa de Preço Mínimo e, também, nas políticas direcionadas ao desenvolvimento agropecuário de longo prazo, ganhando relevância os financiamentos de longo prazo, o papel dos bancos e cooperativas de crédito, os atendimentos dos pequenos produtores e à clientela da reforma agrária. Nesse sentido, o Estado é importante para redefinir as políticas de desenvolvimento do trabalho no meio rural, especialmente a política agropecuária do governo da Nova República (1985 a 1990). Já a segunda modificação foi a mudança intensa na condução das políticas para o setor agropecuário, na qual houve profunda revisão do papel do Estado e orientação por critérios do mercado que vai se intensificar na década de 1990.

O fracasso do Plano Cruzado, criado em 1986, gera uma instabilidade econômica nunca vista no país. Politicamente o governo Sarney não tinha muita legitimidade e a década termina com frustrações e esperanças nas eleições de 1989.

Em relação ao mercado de trabalho rural, houve a continuidade da redução relativa da participação da mão-de-obra rural ocupada no total da ocupação brasileira, com queda de quase 10% no emprego assalariado e o aumento dos ocupados remunerados em quase 18% (POCHMANN, 2008). Essas mudanças nas formas de ocupação e inserção no mundo do trabalho da População Economicamente Ativa – PEA, na cidade e no campo, demonstram o processo de reorientação econômica e política em torno do ideário neoliberal que se intensifica a partir de 1990.

Verifica-se que a década de 1980 foi perversa no sentido de que, quem pagou a conta do pacto político e incompetência administrativa do governo Sarney, mais uma vez, foram os trabalhadores. No que diz respeito ao que poderia ser a esperança, ou seja, o Congresso Constituinte e a Constituição de 1988, no contexto desse pacto, não houve avanços significativos, como queriam os movimentos sociais que se articularam em torno da luta por uma Constituição mais democrática. Restou então a estes, lutas pontuais para mudanças profundas que também não se efetivaram.

Um destes movimentos foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que no contexto repressor da ditadura militar e da imposição do pacto político da elite agrária e industrial inicia um processo de organização que avançará até os dias atuais, defendendo não somente uma reforma agrária que mexa na estrutura fundiária do país, mas também um projeto de desenvolvimento para todos os brasileiros sob controle dos trabalhadores.

O processo de organização social do MST, segundo Caldart (2004) compreende três momentos: o primeiro é de articulação e organização da luta pela terra tendo em vista construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo é o processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas; e o terceiro, é a inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Segundo Caldart (2004) são momentos cumulativos e que precisam ser compreendidos articuladamente, mas com suas especificidades históricas.

O MST nasce da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região centro-sul do Brasil e que aos poucos foram se espalhando pelo país. Sua gestação se dá no período de 1979 a 1984, sendo criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Neste encontro estiveram presentes trabalhadores rurais de doze estados, nos quais já se desenvolviam outras formas de luta ou de resistência na terra e de entidades que eram apoiadoras ou articuladoras dessas lutas. Segundo Stédile e Fernandes (1999, p. 19), o MST nasce das lutas que já ocorriam nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo, portanto, “simplista dizer que o MST surgiu na região norte do Rio Grande do Sul, embora aqueles camponeses possam ter na memória a experiência histórica de lutas anteriores.”

Para a constituição do MST, como um movimento social organizado, três vertentes social-ideológicas contribuíram: o trabalho pastoral da Igreja Católica, através da CPT e da Igreja Luterana (no sul do país); as lideranças do nascente sindicalismo combativo, das oposições sindicais e os lutadores sociais que militavam em diferentes organismos.

São três os conjuntos de fatores complementares que levaram à gênese do MST: o primeiro diz respeito às pressões objetivas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. As transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970, que consistiu em um rápido e intenso processo de mecanização das lavouras, principalmente no sul do Brasil, e que expulsou do campo, de modo muito rápido, no período de 1975 a 1980, um contingente de trabalhadores rurais que viviam como arrendatários, parceiros ou que se reproduziam como filhos de agricultores, em uma agricultura de uso intensivo da mão-de-obra. Por causa da mecanização, a maioria dessa força de trabalho não era mais necessária.

Duas alternativas aparecem para estes trabalhadores expulsos do campo: os projetos de colonização nos Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso ou tornar-se mão-de-obra na cidade, atraídos pelo “milagre brasileiro”. Porém, a falta de condições, não adaptação às culturas diferentes e a crise da indústria brasileira, fizeram com que as duas alternativas não se concretizassem. Isso gerou um contingente populacional com disposição para lutar pela terra em seus próprios locais de moradia.

O segundo aspecto diz respeito ao contexto político do Brasil naquele período. Foi um momento histórico forte no processo de redemocratização do país. A reação à ditadura militar e a organização de diversos movimentos de trabalhadores criou um contexto favorável para o surgimento do MST. Em 1978 e 1979 têm-se as greves operárias que vão apresentar no cenário político nacional uma nova cultura política.

O terceiro aspecto está na tradição de luta pela terra em nosso país. Segundo Caldart (2004) cada sem-terra de hoje tem em si a herança dos que lutaram pela terra no passado como, por exemplo, Sepé Tiaraju, Zumbi dos Palmares, os camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado e nas Ligas Camponesas.

João Pedro Stédile, um dos fundadores do MST (citado por Caldart, 2004), mostra que o movimento tem três características que o definem: a primeira é o fato de ser um movimento popular, que abriga todas as pessoas, desde famílias sem-terra a pessoas que, mesmo sem serem camponesas, reconhecem a legitimidade da luta pela terra, daí têm contribuição a dar ao movimento. A segunda característica é que o MST tem um componente sindical, no sentido de corporativo; a organização e as lutas acontecem em torno de demandas específicas, não se restringindo à conquista da terra. A terceira característica é ter um componente político, presente desde o início, e certamente influenciado pela gênese do movimento: que a luta pela terra e pela Reforma Agrária só terão avanços se forem compreendidas como parte da luta de classes.

Neste momento inicial de constituição do MST, no qual se dá a articulação e organização da luta pela terra para a construção de um movimento de massas de caráter nacional, os sem-terra se constituem enquanto sujeitos históricos organizados em torno de um movimento de massas. A expressão sem-terra designa os trabalhadores e as trabalhadoras que trabalham a terra sem ser proprietários dela ou aqueles que têm uma propriedade tão pequena que não consegue atender as suas necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Caldart (2004, p. 118-119):

Em uma definição mais precisa, então, são considerados sem-terra os parceiros, trabalhadores sem propriedade que produzem em parceria com o dono da terra, passando-lhe parte da produção; os pequenos arrendatários, que produzem em uma terra arrendada por um valor fixo; os posseiros, aqueles que vivem e trabalham em uma terra como se fosse sua, mas que não têm título de propriedade, podendo ser expulsos a qualquer momento; os assalariados rurais, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos donos de terras, geralmente aos fazendeiros; os pequenos agricultores, módulo que varia segundo as regiões, de modo geral, considerado assim os que têm menos de cinco hectares de terra; e os filhos de pequenos agricultores, aqueles que não conseguirão se reproduzir como agricultores através da terra de seus pais, já que dividida entre todos os irmãos irá tornar-se de tamanho insignificante. Já na época de surgimento do MST isso situava os sem-terra em um universo aproximado de quatro milhões de famílias em todo o país.

O segundo momento é o da constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento de massas. O MST busca construir-se também como uma organização social, que além da luta pela terra como seu eixo central, passa a ter na sua agenda política outras lutas que se combinam com o objetivo mais amplo da Reforma Agrária. Este momento começa em 1986, 1987 e continua até hoje, dada a existência de níveis de organização a serem consolidados e desafios organizativos a serem superados.

Para Caldart (2004, p. 130), a expressão que define o MST a partir desse momento é organização social, pois o Movimento “passa a assumir características organizativas e de atuação na sociedade que extrapolam o caráter temporário e o perfil comum a um movimento social de massas.”

Segundo Caldart (2004) a expressão Sem Terra sem o hífen, portanto, passa a designar esse sujeito histórico e todo o significado da luta pela terra que o MST congrega. A partir desta página, passa-se a utilizar as expressões Sem Terra para se referir aos sujeitos camponeses militantes do MST e a palavra Movimento em substituição, em algumas situações à expressão MST, tendo em vista evitar repetições.

Em Minas Gerais, o MST teve início com a ocupação da fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro, na região do Vale do Jequitinhonha, em 02 de fevereiro de 1988. A ocupação contou com a participação de 400 famílias. Segundo uma liderança estadual do MST em MG, o Movimento em Minas inicia-se em 1985, após o I Congresso Nacional do MST que aconteceu em janeiro de 1985, para o qual foram enviados dois representantes.

Em Minas Gerais, como no Brasil, o MST se constituiu contando com a participação da igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's e da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Nesse período o Movimento também se estendia para o Espírito Santo e Bahia, o que fazia, segundo esta liderança, com que fosse um processo de expansão do Movimento em Minas articulado com os processos de expansão para o Espírito Santo e Bahia.

Após a ocupação da Fazenda Aruega, o Movimento ocupa a fazenda Cafezinho, que é vizinha à área onde está situada a Fazenda Aruega, mas são despejados violentamente. Porém, não desistem e continuam.

A violência à qual se refere a liderança estadual do MST em Minas marcou e marca a história da luta pela terra no Brasil. Segundo Martins (1986, p. 35), "em todos os anos da Ditadura Militar foram feitas cerca de 170 desapropriações de terra, sendo que só em 1981 houve mais de 1.300 conflitos, envolvendo 1 milhão e 200 mil famílias", ou seja, predominou a violência e não as desapropriações.

Tamanha violência sofrida, não arrefeceu a luta, mas também não significou avanços no que se refere à Reforma Agrária. Segundo Martins (1986), na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, a distribuição de terras novas sofreu modificações, beneficiando os grandes proprietários, sendo que 35% foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras novas e os grandes ficaram com 94%. E em Minas Gerais, diz a liderança estadual entrevistada, “mesmo com a repressão, continuou o processo de expansão do Movimento para a Região do Rio Doce que foi uma decisão acertada, mas era uma região difícil.”

Numa articulação do MST em Minas, contando com o apoio de alguns políticos, a proposta era de que, na Fazenda Ministérios, fossem assentadas algumas famílias e de que lá também continuasse instalada a empresa Epamig. Porém, tendo em vista a pressão dos latifundiários da região, isso não aconteceu.

É interessante ressaltar, como já foi mencionado, que em Minas Gerais, através de Tancredo Neves e Aureliano Chaves, compôs-se o Pacto Político da transição Ditadura Militar-Nova República, sendo então a política agrária para Minas e a repressão aos movimentos do campo, a mesma aplicada para todo país.

Os anos de 1990: o neoliberalismo colridor e a intensa precarização do trabalho na cidade e no campo e o crescimento do MST em Minas Gerais

A política implementada pelo governo Collor, a partir de 1990, foi de total adesão à agenda neoliberal, significando mais prejuízos para a classe trabalhadora brasileira do campo e da cidade.

Esse ideário neoliberal tem por base o processo de reestruturação do capitalismo empreendido desde 1970 entre as sociedades avançadas e ocorre no contexto da mundialização do capital e do modelo japonês, o sistema Toyota de produção, no qual a flexibilidade constitui-se o princípio central.

Segundo Pochmann (2008), na década de 1990 o Brasil enfrenta a mais grave crise de emprego desde a Revolução de 1930. A partir de 1990, a constituição de um novo modelo econômico apoiado no neoliberalismo, repercutiu no produto nacional e na geração de empregos. Aplicando os princípios do neoliberalismo, o Brasil se inseriu na nova divisão internacional do trabalho, especializado na produção e na exportação de bens de menor valor agregado, reduzido conteúdo tecnológico e intensivo uso de mão-de-obra de baixo custo.

Porém, mesmo com o processo de “reestruturação produtiva e de reinserção do país na economia mundial, o ritmo da expansão de sua economia permaneceu contido e inferior às pressões da população economicamente ativa.” (POCHMANN, 2008, p.11) Com esse quadro o crescimento econômico foi menor, comprometendo a geração de empregos, causando a ampliação do desemprego e dos postos de trabalho informal.

Em relação ao mercado de trabalho, a partir de 1990 este sofreu importante processo de modificação: “a desestruturação do mercado de trabalho assumiu maior proporção, com a desaceleração do assalariamento e proliferação de diversas formas de contratação de trabalhadores” e o desemprego avançou rapidamente, sendo que “a cada cem brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho, trinta,

em média, perderam seu posto de trabalho: o desemprego tornou-se cada dez vezes maior que no período imediatamente anterior.” (POCHMANN, 2008, p. 24 e 25)

Outro aspecto, registrado na década de 1990, foi o processo de flexibilização e terceirização da mão-de-obra. A terceirização, ao longo da década de 1990, recebeu grande impulso. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada pelo IBGE entre 1995 e 2004, os postos de trabalho terceirizados formais foram os que mais cresceram no total da ocupação do país. A política do governo Collor para a agricultura, agropecuária e para a questão agrária no Brasil em geral, nesse período, também apresentou um quadro desfavorável para os trabalhadores.”

Assim, a agenda neoliberal para a agropecuária se baseia no mercado e a “redução de recursos para as políticas tradicionais, como a de crédito e preços mínimos, implica excluir grande número de produtores rurais, afetar o nível da produção agrícola e gerar instabilidade não só na agricultura, como na execução da política econômica de modo geral” (GASQUES & VILLA VERDE, 1991, p. 251 citado por GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 145). É neste cenário que fica difícil para o país implementar qualquer projeto de desenvolvimento social.

Com a retirada do Estado da coordenação das políticas públicas para o campo e com a abertura comercial e financeira, promovendo uma maior exposição do setor agrícola à concorrência externa, causando impactos inegáveis nos preços, quantidades e qualidade dos bens e serviços rurais, o setor agropecuário empresarial busca maior aproximação com o agronegócio, fortalecendo a difusão de métodos de gestão voltados à inserção competitiva no exterior. (POCHMANN, 2008)

Mesmo com um contexto de maior liberdade para a luta, demarcando campos de interesse bem distintos, os movimentos sociais no campo não conseguiram grandes avanços na década de 1990 em relação à reforma agrária por desapropriação. Para os anos 2000, a esperança era de que o governo eleito por uma maioria dos trabalhadores pudesse avançar na política agrária, mas é o agronegócio que passa a se organizar a partir do final da década de 1990 para ser, na década de 2000, a nova forma de organização do setor agropecuário empresarial brasileiro, inclusive com o apoio do governo Lula.

Em relação ao MST, a década de 1990, especificamente no ano de 1995, tem início o terceiro momento do seu processo histórico de constituição. Este momento é o da inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. É o momento de inserção mais direta do MST em questões sociais e políticas de interesse, não somente do conjunto da classe trabalhadora, mas mais amplamente ao conjunto da Nação Brasileira. Este momento tem início no terceiro Congresso Nacional do MST em 1995, que instruiu como bandeira de luta “Reforma Agrária uma luta de todos” e passou a considerar outras lutas do povo brasileiro como lutas do MST. O que determina este momento é que sempre “o MST procurou desenvolver em sua base social a compreensão sobre os componentes estruturais da luta pela Reforma Agrária e sua relação com o conjunto dos problemas da sociedade.” (CALDART, 2004, p. 144) Em setembro de 1996, por exemplo, em comemoração da Semana da Pátria, o MST lançou um Manifesto ao Povo Brasileiro no qual afirmava algumas ideias básicas sobre esse novo momento. O texto inicial do cartaz desta campanha começa assim: “Somos sem terra. Somos

trabalhadores e sonhamos com um Brasil melhor para todos. Mas na sociedade brasileira atual é negado ao povo o direito de vida digna...”. (CALDART, 2004, p. 146)

No que se refere à forma organizativa do MST, segundo Stédile (1997, p. 104), foram adotados os seguintes princípios: vinculação permanente com as massas, compreendendo que não é possível organizar um movimento social sem enraizamento nas massas; lutas de massas, ou seja, envolvimento do maior número possível de pessoas; divisão de tarefas, todos trabalhando em forma de comissões; disciplina, o trabalho inclui métodos que incorporam a disciplina, o respeito às decisões coletivas, como princípio organizativo fundamental; formação de quadros e o desenvolvimento da mística, como liturgia para motivar a base.

Quanto à proposta de reforma agrária do MST, Stédile (1997) diz que a proposta inicial era muito simplista, pois achavam que fazer reforma agrária era unicamente distribuir a terra e destruir o latifúndio. Porém, a complexidade do problema agrário brasileiro, bem como o avanço do capitalismo no campo, intensa urbanização da sociedade brasileira, modernização tecnológica, dependência econômica ao capital estrangeiro e a abertura do mercado e sua subordinação aos interesses externos, trouxeram uma complexidade maior na luta pela terra, levando à revisão do modelo de reforma agrária a ser adotado e também dos princípios que a norteariam.

Essa nova compreensão da Reforma Agrária não só amplia o seu significado, no sentido de exigir do Estado condições de manutenção dos assentados nos assentamentos, como apresenta bandeiras de luta que inserem a discussão e os benefícios da Reforma Agrária para toda a sociedade, ou seja, a sociedade precisa compreender que a partir do momento em que boa parte da população rural se fixar na terra através da Reforma Agrária, uma parte dos problemas sociais tendem a se resolver, como por exemplo, as favelas nas grandes cidades que aumentam, em parte, em função do êxodo rural promovido pela saída das pessoas do campo por falta de condições de produzir na sua própria terra.

No entanto, a política agrária do governo FHC, a partir da segunda metade da década de 1990, segundo Fernandes (2003), compreendeu a criminalização das ocupações e a implantação do Banco de Terra, a extinção da assistência técnica e a mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, prejudicando o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. A solução para a questão da terra se orienta em função do desenvolvimento do capitalismo.

Em relação à constituição do MST no estado de Minas Gerais, nesse período, o processo de ocupação continua e em 1993 o Movimento decide se instalar na região do Vale do Rio Doce. A ocupação dessa região teve início com a ocupação da Fazenda Califórnia, hoje Assentamento Primeiro de Junho.

Em agosto de 1994, o Movimento ocupou a Fazenda Ministério; após vários conflitos, as famílias acampadas foram assentadas em 1997, onde hoje é o Assentamento Oziel Alves Pereira. O nome desse assentamento foi uma homenagem a um dos militantes do MST assassinado no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.

A partir de 1996 o MST parte para as ocupações no Sul de Minas e outras regiões do estado, enfrentando as adversidades e diversidades que caracterizam cada uma das regiões do estado de Minas

Gerais. A primeira ocupação no Sul de Minas aconteceu em 1996, na Fazenda Jatobá, situada no município de Campo do Meio, onde atualmente é o Assentamento Primeiro do Sul.

Já no Triângulo Mineiro, segundo Gonsaga (2004, p. 43) “O processo de consolidação do MST [...] teve suas particularidades. Foi a Regional em Minas onde os Sem-Terra mais foram reprimidos.”

Na região da Grande Belo Horizonte, segundo Gonsaga (2004), a organização do MST se deu a partir da ocupação de uma fazenda no município de Betim, em 1997, sendo as famílias assentadas em seguida. A partir dessa conquista, algumas pessoas desse assentamento começaram a se organizar, formando um núcleo, que passou a discutir a formação de lideranças e os trabalhos de base. Em seguida, se organizaram e ocuparam, em julho de 1999, a Fazenda Ponte Nova, também no município de Betim, originando o Acampamento Dois de Julho, atualmente assentamento. Após efetuarem o cadastro das famílias, contataram a Direção Estadual do MST para acompanharem o processo. E foi assim que, em 1999, o MST/MG estruturou a Regional Grande Belo Horizonte. (GONSAGA, 2004, p. 45). Nesse período, também começam ocupações na região centro-oeste do estado, com conquistas de novos assentamentos nos municípios de Pequi e Bambuí.

As regiões mais novas do MST em Minas, são a região Norte de Minas e a região da Zona da Mata, que segundo uma liderança estadual do MST/MG: "Na Região Norte de Minas o MST está organizado desde 2002. A primeira ocupação foi na Fazenda Ponte Nova Caatinga, que recebeu o nome de Acampamento Eloy Ferreira da Silva, no município de São Francisco. As demais ocupações só aconteceram a partir de 2003."

Na Região da Zona da Mata o MST iniciou a ocupação e organização em 2005, com a Brigada Manuel Marulanda, quando foi ocupada a primeira área no município de Visconde do Rio Branco, onde hoje localiza-se o Assentamento Olga Benário, com 30 famílias. Em seguida, em 2006, foi ocupada uma fazenda em Santana de Cataguases (distrito de Cataguases), sendo atualmente o acampamento Francisco Julião, com 12 famílias e em processo final de desapropriação. No dia 25 de Março de 2010, foi ocupada a Fazenda Fortaleza de Santana, no município de Goianá, com 50 famílias. O Acampamento recebeu o nome de Dênis Gonçalves e está com 100 famílias.

Sendo assim, o processo de organização do MST em Minas Gerais, contou com momentos de avanços e de dificuldades e em relação à forma, primeiro preocupou-se em expandir o movimento pelo estado e depois organizar por região.

Atualmente, então, o MST em Minas Gerais está organizado em sete regiões: Mucuri-Jequitinhonha (as regiões do Mucuri e do Jequitinhonha continuam sendo considerada uma), Vale do Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo, Norte, Grande Belo Horizonte e Zona da Mata.

Os sentidos e as marcas da educação para o MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por entender a importância da educação no processo de luta pela terra, tem se constituído como um dos movimentos sociais que tem lutado por uma educação do e para os trabalhadores do campo. Para o Movimento:

Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo da formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados do ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas (MST, 2005, p. 233).

Nesse caminho, a luta pela escola para o MST, tem o sentido de que o movimento ocupou a escola e este processo conta com três significados básicos, segundo Caldart (2004, p. 224-225): primeiro, as famílias sem-terra mobilizaram-se (e mobilizam-se) pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação no cotidiano das famílias, a escola passou a ser uma questão também política, como parte da estratégia de luta pela reforma agrária, com vínculo nas preocupações do Movimento com a formação de seus sujeitos); segundo, o MST decidiu, pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar e articular dentro de sua organicidade uma proposta pedagógica para as escolas conquistadas; terceiro, incorporação da escola em sua dinâmica. O movimento pelas escolas do MST vai se oficializar no Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos, em julho de 1987, no município de São Mateus, no Espírito Santo, constituindo-se como o processo de assumir a luta pela escola e o início do primeiro momento da luta pela escola na luta pela terra, ou segundo a palavra de ordem: somos Sem Terra sim senhor, e exigimos escola para nossos filhos!

Algumas marcas, segundo Caldart (2004, p. 239), vão caracterizar esse primeiro momento de luta por escolarização no MST. A primeira marca é que a partir do momento que a discussão sobre escola foi assumida pelo MST, enquanto organização social, resolve-se antes o problema da escola do que o da terra. Isso para Caldart é importante por dois motivos. Primeiro que isso projeta um modo menos linear e hierárquico de conceber e direcionar a luta, aproximando-a da vida. O eixo fundamental que define o próprio MST é a luta pela terra, mas à medida que esta luta não se concretiza, outras formas de luta que podem inclusive potencializá-la, são incorporadas e podem, em determinados momentos, emergir com mais força; o segundo motivo foi que a decisão pela luta por escola parte das famílias sem-terra e insere-se no discurso já presente na gênese do MST, de que a luta não seria apenas por terra.

A segunda marca diz respeito ao jeito de fazer essa luta, que é ocupando a escola. Essa ocupação compreendia organizá-la por conta própria, mas se a legalização tardasse, secretarias poderiam ser ocupadas, marchas realizadas com participação de todos os envolvidos no processo: a comunidade, as professoras e as crianças.

A terceira marca é a da constituição dos coletivos de educação. O jeito de organizar o trabalho de mobilização e de reflexão sobre a escola, desde o início, foi através das equipes de educação, compostas por professoras e outras pessoas da comunidade acampada. Em alguns processos de constituição de escolas, crianças e jovens foram envolvidos nas equipes e em outros isso foi resultado do amadurecimento da própria proposta de educação do Movimento.

A quarta marca é a do início da discussão sobre que escola interessa aos sem-terra. O eixo dessa discussão era a chamada escola diferente. A reflexão considerava duas preocupações básicas: a de

considerar que as crianças sem-terra têm uma experiência de vida diferenciada das outras crianças e que a luta pela terra pudesse entrar na escola para que fosse lembrada e valorizada pelas novas gerações.

O segundo momento da luta por escolas no MST constitui-se na inserção da escola em uma organização social de massas. Ou: Queremos estudar em uma escola do MST! Caracteriza-se, esse momento, pela criação do Setor de Educação do MST, um dos desdobramentos organizativos do primeiro encontro nacional de professoras de 1987, e que culmina com a realização de um outro evento nacional importante, o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, que aconteceu em Brasília, de 28 a 31 de julho de 1997. As marcas que caracterizam esse momento são: a construção da organicidade da educação, que compreende o fato de que a luta pela escola e a discussão sobre como ela deve ser passa por dentro da estrutura organizativa do MST, como parte de sua própria constituição enquanto uma organização social de massas; a outra marca diz respeito a elaboração teórica coletiva da proposta pedagógica do MST para as suas escolas, uma produção que traduzisse uma linguagem capaz de ser compreendida pelo conjunto do Movimento, que contou com três fontes de produção: a primeira foi a síntese dos objetivos e princípios da educação no MST; a segunda fonte foi o Movimento como um todo, através dos objetivos, princípios e aprendizados coletivos que a sua trajetória já tinha acumulado e a terceira foi constituída por alguns elementos de teoria pedagógica trazidos por algumas professoras e também por pedagogos que começaram a ajudar na sistematização. Nos registros da época encontram-se estudos de Paulo Freire com maior ênfase e estudos de pensadores e pedagogos socialistas como: Krupskaya, Pistrak, Makarenko e José Martí, sendo que estes últimos já eram estudados pelo MST devido às contribuições que já traziam a outros setores de atuação do Movimento. A terceira marca é da ampliação do conceito de escola que deve ser compreendida em dois sentidos geralmente combinados: um que tem a ver com o aumento das frentes e ação do Setor de Educação, uma na alfabetização, outra na educação infantil e outra de formação das educadoras do MST, além da ampliação do Ensino Fundamental com continuidade de 5^a a 8^a série, também exigindo ações em relação à formação de professores; "o segundo sentido está na progressiva compreensão de que a escola deve ser vista para além do lugar de aprender a ler, a escrever e a contar, mas também lugar de formação dos sem-terra como trabalhadores, como militantes, como cidadãos, como sujeitos. A ampliação é de uma educação para a Formação Humana" (CALDART, 2004, p.272).

O terceiro momento da luta pela escola no MST compreende a construção de uma formação dos sujeitos, de uma educação popular e de país. Ou, segundo o lema: somos Sem Terra, somos brasileiros, temos o direito e o dever de estudar. Este momento configura-se como o processo em torno da discussão de uma educação básica do campo. Dessa forma, o MST coloca o seu trabalho de educação em sintonia com a opção já feita de construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil.

A partir das considerações acima, no tocante a seu papel político, histórico e social, bem como do seu papel pedagógico e daquilo que se quer com a escola, o MST define os seus princípios filosóficos e pedagógicos para a educação. Com respeito aos princípios filosóficos da educação, segundo o documento Dossiê MST-escola (MST,2005) e Teixeira (2007), estes compreendem:

- 1) Educação para a transformação social, assumindo o caráter político do processo educativo que se vincula organicamente aos processos sociais que, para além da conquista da terra, visam à transformação da sociedade atual e a construção de uma sociedade com justiça social, democrática e apoiada em valores humanistas e socialistas.
- 2) Educação para o trabalho e cooperação, considerando a cooperação como elemento estratégico para uma educação que vise a novas relações sociais e a uma organização coletiva do trabalho.
- 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, compreendendo o caráter omnilateral do homem e, conseqüentemente, da sua educação que deve integrar todas as esferas da vida humana, como por exemplo: a organizativa, a formação político-ideológica, a tecno-profissional, a formação do caráter e dos valores, a cultura e estética e a formação afetiva.
- 4) Educação com/para valores humanistas, considerando os valores que colocam no centro do processo de transformação a pessoa humana e sua liberdade.
- 5) Educação como processo permanente de formação e transformação humana, ou seja, como um processo constante e contínuo na vida do homem.

No que diz respeito aos princípios pedagógicos, são eles: 1) Relação entre teoria e prática; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras; 12) Atitude e habilidades de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais(MST, 2005).

Esses princípios pedagógicos objetivam concretizar os princípios filosóficos e construir uma formação que dê condições aos sujeitos Sem Terra de alcançarem o objetivo central do MST, a Reforma Agrária. Estes orientam o trabalho pedagógico do MST em todas as suas escolas pelo país.

Quanto à quantidade de escolas, segundo Roseno (2010, p.71): "Atualmente, são cerca de 2 mil escolas públicas espalhadas por assentamentos e acampamentos, onde estudam quase 300 mil alunos e trabalham 10 mil professores." No Ensino Superior o MST mantém convênio com mais de 50 instituições em cursos de graduação como Pedagogia, Direito e Agronomia. Têm também vários professores-militantes fazendo a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado(ROSENO,2010).

No estado de Minas Gerais em 1996, segundo Roseno (2010), o MST iniciou o processo de formação de Educadores da Reforma Agrária, por meio do seu Setor de Educação. Vários professores do Movimento de outros Estados, como da Bahia e do Paraná e professores de várias instituições e universidades de Minas Gerais, contribuíram com esse processo de formação. Em levantamento para a minha tese de Doutorado em 2011 e atualização em 2016, com base em informações de um coordenador do setor de educação do MST-MG, tem-se os seguintes dados sobre o número de assentamentos, acampamentos e escolas do Movimento em Minas Gerais:

Tabela 1: Assentamentos, acampamentos e escolas do MST em Minas Gerais

Regional	assentamentos	acampamentos	Escolas
Mucuri/jequitinhonha	7	5	3
Vale do rio doce	10	5	6
Sul de minas	2	5	1
Zona da mata	1	2	1
Triângulo mineiro	9	4	1
Belo horizonte	5	6	0
Norte	6	11	2
Total	40	38	14

Fonte: dados organizados com base em informações dos coordenadores do setor de Educação do mst-mg

As questões e os dados acima apresentados demonstram um progressivo investimento e crescimento da educação no MST. Em Minas Gerais, tanto o crescimento do movimento e do setor de educação, foi com base em muita luta e formação política e pedagógica.

Mas quais são os desafios atuais para o Movimento hoje? Como está o Movimento em Minas Gerais atualmente? Como está o setor de educação no MST atualmente? Como se encontra o panorama das políticas públicas para Educação do Campo e a relação com os movimentos sociais? São perguntas que requerem outro artigo.

Considerações Finais

Os problemas relativos ao mundo do trabalho e a questão agrária, ainda se mantêm neste início de século XXI, tendo como conseqüências o aumento da violência urbana e rural, aumento da precarização e informalização do mercado de trabalho, diminuição do número de pessoas ocupadas no campo, o que tem provocado a saída de um grande contingente para as cidades.

Assim, no governo Lula, numa continuidade da política agrária de FHC, se dá uma desintegração do campesinato, intensifica-se o conceito da agricultura familiar, com um caráter economicista marcante e a orientação mercadológica para as relações de produção no campo, marcada pelos interesses do agronegócio. Este quadro não se altera nos governos Dilma.

Ao fazer reforma agrária por regularização fundiária e não por desapropriação, os governos Lula e Dilma, assim como o governo FHC, não mexem na estrutura fundiária do país, o que mantém a reforma agrária como um sonho a se conquistar.

Alexandre Conceição³, da coordenação nacional do MST, avalia 2015 como o ano que o governo virou as costas para todos aqueles que lutam pelos direitos da classe trabalhadora no Brasil.

A discussão apresentada até aqui sobre o contexto social e econômico das décadas de 1980, 1990 e 2000, articulando-se a ela a questão agrária e o processo de organização do MST e sua luta pela terra e por educação em Minas Gerais, tem por base a compreensão de que o modo de produção em um determinado tempo histórico determina o modo de organização da sociedade em suas diversas dimensões. Sendo assim, compreende-se que as questões aqui apresentadas se inserem no problema estrutural do capitalismo e fazem parte da sua própria lógica de desenvolvimento. Sendo assim, as relações entre trabalhadores do campo e da cidade com o capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de

um lado, pela subalternidade dos trabalhadores ao capital e por outro, pelo poder que o capital tem de, conforme seus interesses, destruir e recriar o trabalho no campo e na cidade. Mas considera-se que os trabalhadores têm apresentado resistências na ação e na reflexão teórica. Um exemplo disso é o próprio MST, que mesmo tendo diminuído as ações, como por exemplo as marchas, durante o governo Lula e Dilma, tem se colocado na luta por políticas específicas para o Movimento e também mais amplas para todo o conjunto do país.

Referências

- CALDART, R. S.. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FERNANDES, B. M.. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações no campo brasileiro. *Currículo sem fronteiras*, v. 3, n.1, PP 11-27, jan/jun 2003
- GONSAGA, E. A.. As lutas do MST em Minas Gerais: histórico e organização. Monografia. Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, J.. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP. IE, 1996.
- MARTINS, J.S.. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Huatec, 1989.
- MENEZES NETO, A. J. de. Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- MST. Dossiê MST Escola-Documentos e Estudos 1990-2001. São Paulo, 2005.
- POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica do Brasil: primeiros sinais. *Estudos avançados*. 23(66), 2009.
- ROSENO, S.. O curso de licenciatura em educação do campo: Pedagogia da Terra e a Especificidade da Formação dos Educadores e Educadoras do Campo de Minas Gerais. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, 2010.
- TEIXEIRA, L. M.. *Educação e Sociedade: compromisso com o humano*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Notas:

- ¹ Doutora em Educação (2011), pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Atualmente é professora no Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e no curso de Pedagogia do Centro Universitário UNA. No Programa orienta pesquisas de caráter interdisciplinar e desenvolve pesquisa sobre os aspectos pedagógicos da formação no mestrado profissional. No curso de Pedagogia orienta pesquisas sobre formação docente, do pedagogo e trabalho docente. Email: adilenequaresma@gmail.com
- ² Integrou entre os anos de 2011 e 2012 o Grupo de Trabalho Educação do Campo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Mestre em Educação (2015) Universidade Federal de Viçosa -UFV. Atuou na revisão e publicação das Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Diretoria de Temáticas Especiais da SEE/MG (2015). Email: horaciominas@gmail.com
- ³ SILVA, Maura. "2015 entra pra história como o ano que não existiu para a Reforma Agrária", afirma dirigente. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/01/13/2015-entra-para-historia-como-o-ano-que-nao-existiu-para-a-reforma-agraria-afirma-dirigente.html> Acesso em 16.1.16

Recebido em: 24/05/2016

Aceito em: 13/06/2016